

Esparta

Frente aos ideais atenienses de liberdade e democracia, a cidade de Esparta representou, na Grécia antiga, os valores da austeridade, do espírito cívico e militar, da igualdade social e da submissão total do indivíduo ao estado. Curiosamente, esse modelo de sociedade, consolidado pelas reformas legislativas de Licurgo por volta do ano 700 a.C., inspirou a teoria do contrato social de Rousseau, documento básico da democracia moderna.

Esparta, Spárti em grego moderno, está situada no sudeste da península do Peloponeso, às margens do rio Eurotas. A cidade atual, ao norte das ruínas antigas, é capital do departamento da Lacônia.

Fundação. Primitivamente habitada por povos pré-helênicos, a Lacônia foi invadida pelos aqueus, que aí teriam fundado a cidade de Lacedemônia (a tradição aponta, como fundador, Lacedemônio, filho de Zeus e Taígeta). Por volta do século XII a.C., os dórios, em ondas sucessivas, ocuparam a região e, no local da antiga Lacedemônia, ergueram Esparta no século IX a.C., como resultado da fusão de quatro povos dóricos com o povoado aqueu de Amiclas. A cidade logo se impôs sobre as vizinhas graças a seu poderoso exército.

Após a unificação, todo o território ficou sob o comando de Esparta e suas terras foram repartidas entre os guerreiros. A população foi dividida em três classes: a dos espartanos, ou cidadãos, com todos os direitos civis e políticos; a dos periecos, homens livres, antigos habitantes da região, possuidores de terras, sem direitos políticos mas obrigados ao serviço militar e responsáveis pelo comércio e indústria, atividade vedada aos espartanos, proibidos de acumular riquezas; e os hilotas, escravos do estado, que cultivavam as terras dos espartanos.

Numericamente inferiores, os espartanos se impuseram uma severíssima disciplina militar, sobre a qual se assentava sua organização político-social. Isentos de tarefas agrícolas, dedicavam-se ao governo, à caça e ao treinamento militar e desportivo, entendidas essas atividades como necessárias para a disciplina pessoal e social. Dos sete aos vinte anos o jovem era submetido a treinamento militar intensivo, por conta do estado. Dos vinte aos sessenta o cidadão estava ligado ao serviço militar, devendo tomar com os companheiros a refeição da noite. Aos vinte anos já podia casar-se, mas só aos trinta era desobrigado de dormir no acampamento. As moças recebiam treinamento análogo e privilegiavam o dever patriótico em relação ao amor à família.

À frente do governo estavam dois reis de sucessão hereditária, descendentes, segundo a tradição, dos gêmeos Eurístenes e Procles, cujos filhos, Ágis e Eurípone, teriam dado nome às dinastias reinantes: ágidas e euripôntidas. Tinham igual autoridade como chefes religiosos e militares e contavam com o assessoramento de uma espécie de senado, a gerúsia, composta de 28 membros vitalícios, maiores de sessenta anos, eleitos por aclamação pela assembléia do povo, denominada apela. Aos integrantes da gerúsia, os gerontes, cabia preparar as leis a serem votadas pela apela e constituir um tribunal que julgava os processos de interesse do estado, especialmente os que afetassem os soberanos. A apela, integrada por todos os cidadãos com plenos direitos, aprovava ou rejeitava os projetos apresentados, elegia os gerontes e os éforos (principais magistrados de Esparta) e votava a paz e a guerra.

Em meados do século VI a.C., Esparta tornou-se uma das principais potências da Grécia. Desprezando os avanços culturais, filosóficos e artísticos de Atenas, concentrou sua força na atividade militar. A educação dos jovens era sempre voltada para os interesses do estado e sobretudo para as guerras. Ao chegar à idade adulta, os homens se convertiam nas "muralhas de Esparta", já que a cidade carecia de fortificações. A mulher espartana desfrutou de mais liberdade em comparação com outras gregas. Sua função principal era dar ao estado filhos fortes e sadios.

A força militar de Esparta foi decisiva na luta que uniu todos os gregos para repelir a invasão persa entre 481 e 480 a.C. e derrotar completamente os agressores, um ano depois. Coube aos espartanos, liderados por Leônidas, protagonizar a heróica defesa do estreito das Termópilas. Livres da pressão persa, os gregos passaram a guerrear entre si. As guerras do Peloponeso (431-404) entre Esparta e Atenas teve origem na rivalidade econômica e política entre as duas potências. Atenas, dona de uma importante frota capaz de controlar os povos das ilhas, ameaçava a tradicional superioridade espartana na península. Depois de anos de combates terrestres e navais, os espartanos conseguiram submeter Atenas e seus aliados. Entretanto, o triunfo obrigou Esparta a administrar um extenso território que excedia sua capacidade de controle. Em breve, as cidades gregas começaram a mostrar seu descontentamento com o duro regime espartano. Atenas, Corinto, Tebas e Argos coligaram-se e, com a ajuda dos persas, derrotaram Esparta, em 371 a.C.

A cidade vivia uma grave crise social, motivada pela desigualdade entre a oligarquia e o restante da população, submetida a condições de miséria. Esparta foi então obrigada a firmar com os persas uma paz pela qual perdeu o domínio sobre as colônias jônicas da Anatólia, embora mantivesse certo poder na Grécia continental. Por fim, a vitória do tebano Epaminondas em Leuctras, em 371 a.C., acabou com a soberania espartana no Peloponeso e na Grécia, na primeira batalha em campo aberto perdida pelos espartanos. Poucos anos depois, o poder da Macedônia, estado helenizado do norte, se impôs sobre toda a Grécia.

Esparta vegetou nas épocas helenística e romana e, no ano 396 d.C., foi destruída pelos visigodos. Os bizantinos a repovoaram e, em 1460, a região caiu em poder dos turcos otomanos. A cidade moderna foi edificada a partir de 1834, junto às ruínas antigas. É um pequeno núcleo comercial e industrial, que vive da produção de cítricos e azeite de oliva.